

## A luta por meio da palavra: Francisca Diniz e Josephina de Azevedo e a conquista do espaço público para as mulheres (1873-1891)

BÁRBARA FIGUEIREDO SOUTO\*

“Las mujeres pueden ver la luz donde los hombres sólo observan un espacio vacío [...]. Las mujeres tienen algo que decir; no decir nada equivaldría a un aborto histórico del sujeto femenino.”

Rosi Braidotti

### Introdução

No dia 7 de março de 1874, a redatora e proprietária do jornal *O Sexo Feminino*, Francisca Senhorinha da Motta Diniz,<sup>2</sup> publicou um editorial que versava sobre o suicídio de uma moça de 24 ou 25 anos de idade. A jovem se chamava Anna Petronilha do Espírito Santo, natural de Paracatu e moradora de Bagagem. Anna era filha de um advogado e estimada por todos que a conheciam (DINIZ, 07/03/1874: p.1). Antes de se jogar no rio, Anna deixou a seguinte carta:

Os meus últimos pensamentos  
Do que me serve a vida se não tenho a quem dedicar-a?  
Que estou fazendo na terra se não tenho o mais pequeno vislumbre de esperança de viver com aquelle que adoro?  
Adoro, sim, adoro mais que a própria vida que por amor delle deixo. Para que viver assim? Não tenho uma hora de satisfação na minha vida e vivo só os poucos momentos que o vejo de longe! Sim, de longe, porque elle não vem á minha casa, e porque? Algum dia fui-lhe infiel? Nunca, nunca! Amo-o muito; e mesmo apesar de toda a ingratidão, amo-o ainda! Quizera ao menos que conhecesse todo o amor que abraza meu peito! Mas é tão inacessível que não conhece todos os tormentos que me faz sofrer! Não tenho saudades da terra, pois procuro a morte; mas tenho saudades da vida em que vivi com elle. Ah! Se ao menos eu pudesse viver junto á elle, como uma irmã vive com seu irmão! Que eu o visse uma só hora no dia, eu ficava contente...Para que o conheci! Para que o amei para me fazer tão desgraçada estando nas suas mãos toda a minha felicidade! Ah! ingratidão!  
Só me resta o consolo de que o remorso o ha de perseguir dia e noite pois é toda a causa de eu desprezar em tão pouca idade todos os attractivos da vida. Denuncio-o como assassino. Hei de amal-o até os ultimos paroxismos, mas depois de morte hei de renegal-o e amaldiçoal-o mil vezes por hora! Não has de ter, Manuel, mais lenitivo no mundo. Não! que não deixarei. No céo, se eu fôr ou no inferno, hei de perseguir-te. Para que me fizeste tão infeliz? Ah! não sabes, nem podes fazer idéa do quanto soffro, que nem tem explicações!  
Ah! que saudade eu teria da vida, se eu ainda pudesse viver! Mas viver sem elle, não posso, não tenho animo! Sou muito corajosa; os trabalhos da terra não me alteram; mas não tenho animo, não tenho coragem de perder o meu ingrato Manuel! É preciso que eu vá-me embora da terra e não quererás ir commigo.  
Morra eu e sejas tu feliz. Póde ser que certas coincidencias me criminem, mas provo o contrário.

\*Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais; bolsista CAPES/PROEX.

<sup>2</sup> Manteremos a grafia original nas transcrições e nos nomes próprios.

Nada no mundo me prende á vida sem elle! Se me amasse, ainda que com leviano amor, que paraiso de flores seria a nossa vida na terra! Mas foi destino meu! Deixo meus paes tão bons, tão ternos e a quem eu poderia servir de arrimo na velhice!.... Deixo arvores, deixo flôres, deixo bosques, deixo prados, deixo tudo quanto embalsama a vida.

Contam-me que dizes, Manuel, que tudo em mim é fingimento. Quem me dera que assim fosse, pois não teria soffrido as grandes angustias que ha dous mezes soffro! Não posso pensar em outro homem: tenho raiva de todos, de todos tenho rancor!

Quero que o meu compadre Luiz mande o sr. Alamy fazer uns versos intitulados – O amor de perdição – pôl-os em muzica para serem primeiramente cantados pelo ingrato á quem são dirigidos. Quero que todo mundo saiba que meus amores não são desses amores vulgares que ha sobre a terra. Que eu os tinha como uma paixão ardente, como uma loucura. Não era amor, era delirio. Morro por não ser recompensada: elle podia fazer-me ditosa e fez-me desgraçada!

De certo uma moribunda, que já não pertence a terra, não pode mentir; por isso, ó Manuel te digo com todo o desespero de uma lama ardente – nunca te fui infiel! Nunca nunca: nem por pensamento nunca o pensei! Eu vivia tão satisfeita! Parecia-me que eras o Deus e eu o anjo que te adorava! Para que mais queixar-me!

Acabou-se tudo, tudo! Nunca mais me verás, nunca mais ouvirás minha voz; emfim ficarás livre de mim para sempre e eu livre de tanto penar.

Quero que a primeira pessoa que lêr este papel leve-o ao seu destino; para ti, Manuel e verás que foste o meu unico amor. Não posso viver sem ti! Todos os passos que dou nesta casa, tudo traz-me-te á lembrança. Ha quanto tempo vivo combatendo esta paixão! mas não me é possível vencel-a, nem tirar da idéa o suicidio! Todos dirão – que douda, que tola! – Não, não digam tal, mas sim – que paixão desgraçada! – Morrerei, sim; soffrerei, o que? Talvez duas horas lutando com as aguas dessa fria Bagagem. Depois dessa luta, mais nada, senão um corpo frio e inanimado. Ficaré o remorso para perseguil-o por toda a parte por onde andar. Minha sombra ha de acompanhá-lo e repetir-lhe constantemente aos ouvidos – assassino.

Adeus para sempre, adeus Manuel.

A infeliz, Anna Petronilha do Espírito Santo. (SEM AUTOR, 01/06/1874: p.3)

Anna P. do Espírito Santo era colaboradora do jornal *O Sexo Feminino*. Mesmo assim, a redatora do periódico não quis publicar essa carta. Para termos acesso ao seu conteúdo tivemos que recorrer a outro órgão da imprensa. Mas por que Francisca Diniz não quis divulgar essa carta? No editorial, a redatora justificou a não inserção da mesma no jornal devido ao seu estilo livre e à sua extensão. Mas seria apenas isso? Acreditamos que é provável que a professora e redatora tenha se indignado de tal forma com o episódio que preferiu analisar o fato, em vez de publicar as últimas palavras de uma de suas leitoras – afinal, a atitude de Anna contraria toda a proposta do jornal *O Sexo Feminino*, como veremos ao longo deste texto.

Francisca Diniz iniciou seu editorial lamentando a perda de uma assinante, pois cada mulher que ajudava a financiar seu periódico era de extrema importância para a divulgação e vitória da luta pela melhoria de vida das mulheres, naquela segunda metade do século XIX. Entretanto, as preocupações da redatora iam muito além dessa questão material. A professora

afirmou que a atitude de Anna foi irreligiosa e acreditava que se tratava de um ato de loucura – mesmo que Anna tenha clamado para que as pessoas não pensassem dessa forma –, certamente induzida por um sedutor.

Francisca Diniz reforçou que a suicida era boa leitora e apoiava a emancipação feminina. Essa situação parece tê-la deixado indignada, pois Anna faleceu antes de ver concretizada a “regeneração” da sociedade pela educação da mulher. A redatora lamentou o ocorrido e lançou reflexões a respeito desse tipo de mazela humana, sendo que o suicídio de Anna não tivera apenas um culpado; para ela, a sociedade como um todo foi responsável: pais, professores, pastores e governos. Após pontuar o descuido de cada um desses quatro grupos sociais em relação à educação das mulheres, Francisca Diniz findou suas reflexões desabafando sua indignação para com Manuel, o principal agente desse fatídico episódio:

Os remorsos da consciencia atormentem dia e noite a esse ingrato que foi causa do acto de loucura praticado pela infeliz moça.

Um odio eterno dos desditosos pais – a anthipathia e execração do sexo feminino em geral – o desprezo do publico e a maldição de Deus cairão sobre o causador deste suicidio! (DINIZ, 07/03/1874, p.2)

Abrimos nosso texto com um fato trágico, mas que ainda assim não consegue representar todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres da segunda metade do século XIX. O caso de Anna P. Espírito Santo é apenas um exemplo do sofrimento de algumas mulheres frente à sociedade patriarcal. Nesse exemplo, pudemos observar outro tipo feminino que se diferenciava bem da fragilidade de Anna, que é a professora e proprietária do jornal *O Sexo Feminino*. Essa mulher não se entregou às limitações impostas ao seu sexo; ela levantou a bandeira da emancipação e congregou várias mulheres em sua luta, cujo objetivo maior era a melhoria da educação feminina. Afinal, para Francisca Diniz, a maioria dos problemas sociais estava centrada na baixa qualidade da educação feminina, pois a mulher era a educadora da humanidade, era ela quem transmitia todos os saberes às gerações futuras. Como a transmissora do conhecimento poderia ter uma educação de baixa qualidade? O resultado só poderia ser um futuro ainda pior.

Francisca Diniz não estava sozinha nesse tipo de empreendimento. Tivemos outras mulheres que elaboraram propostas de emancipação feminina durante todo o século XIX, como Maria Firmina dos Reis, Narcisa Amália de Campos, Revocata de Melo, Julieta de Melo Monteiro, Prisciliana Duarte de Almeida, Maria Benedicta Camara Bormann, Júlia

Lopes de Almeida e Josephina Alvares de Azevedo.<sup>3</sup> Cada qual utilizou um meio de construção e divulgação de suas propostas, como jornal, poesia e prosa.

Neste trabalho focaremos o olhar nos escritos de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, Josephina Alvares de Azevedo e nas colaboradoras de seus jornais. Francisca Diniz fundou na cidade de Campanha, no ano de 1873, o jornal *O Sexo Feminino*, que permaneceu exatamente um ano na cidade mineira. No dia 7 de setembro de 1874, o periódico passou a ser publicado na Corte até os últimos números que tivemos acesso, que datam do ano de 1891 – já com o nome modificado para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, homenagem que a redatora fez à república brasileira. Josephina de Azevedo fundou o jornal *A Família*, em São Paulo, em novembro de 1888, mas no início do ano seguinte também levou sua redação para a Corte, onde permaneceu até os últimos números que tivemos acesso, no ano de 1894.<sup>4</sup>

Francisca Diniz, além de redatora, foi professora, lecionando em escolas públicas e em instituições de ensino de sua propriedade.<sup>5</sup> Josephina de Azevedo também anunciou, no cabeçalho de seu jornal, ser professora, mas não tivemos informações sobre sua prática docente. Apesar da educação ser a principal bandeira defendida pelas redadoras, os projetos de emancipação feminina construídos nas páginas dos jornais *O Sexo Feminino* e *A Família* eram mais complexos, envolvendo a inserção da mulher no mercado de trabalho, a igualdade matrimonial, o direito ao voto e o respeito às produções intelectuais das mulheres. Dito isto, o objetivo principal desse texto é analisar os argumentos construídos pelas redadoras e suas colaboradoras no sentido de promover a emancipação feminina e a consequente inserção das mulheres no espaço público.

Para instigar o(a) leitor(a) a iniciar suas reflexões, lançamos os seguintes questionamentos: As propostas de emancipação construídas na imprensa abrangiam os variados grupos de mulheres? Quem eram as mulheres que colaboraram na construção de tais projetos de emancipação? Havia uma proposta homogênea sobre a emancipação feminina? Quais argumentos elas utilizaram para conquistar o espaço público? Houve colaboração masculina? Quais foram as reações diante de tais reivindicações? Qual a importância da imprensa nesse contexto? As mulheres conquistaram seus objetivos?

---

<sup>3</sup> Para um panorama sobre os projetos dessas mulheres, ver: (TELLES, 1997:401-442).

<sup>4</sup> Ambos jornais analisados pertencem ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Para conhecimento a respeito das instituições fundadas por Francisca Diniz, ver: (SOUTO, 2013: 30-74).

## As ideias impressas

O primeiro editorial do jornal *O Sexo Feminino* expôs a que vinha e quais eram suas metas a serem atingidas:

Zombem muito embora os *pessimistas* do aparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os *indifferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; [...] persigão os *retrogrados* com seus diterios de chufa e mofa nossas conterraneas, chamando-as de *utopistas*: *O Sexo Feminino* aparece, hade lutar, e lutar até morrer [...]

O século XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais da metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de *um traste de casa* [...]

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional *perfeitamente*, e depois, *economia* e *medicina domestica*, a *puericultura*, a *litteratura* (ao menos a nacional e portugueza), a *philosophia*, a *historia*, a *geographia*, a *physica*, a *chimica*, a *historia natural*, para coroar esses estudos a *instrucção moral e religiosa*; que *estas meninas assim educadas* não dirão quando moças essas tristes palavras:

“Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!”

Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruidas, não saberão coser, lavar, engomar, cortar uma camisa, etc, etc.

A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades. [...]

(DINIZ, 07/09/1873: 1)

Através dessa publicação, Francisca Diniz reconhecia que a luta por direitos femininos era árdua, devido à oposição existente no período, mesmo assim, ela se mostrou confiante ao afirmar que, ainda no século XIX, seus objetivos seriam conquistados. Para atingir suas metas, a redatora foi cuidadosa ao utilizar as palavras, construindo argumentos que convencessem os diversos grupos sociais a corroborar suas ideias. Podemos observar que Francisca Diniz se dirigiu aos pais e garantiu que o desenvolvimento intelectual da mulher não era incompatível com os dotes domésticos. Esse argumento, que à primeira vista pode parecer ameno, tinha a intenção de conquistar o apoio desses sujeitos, que tinham grande autoridade sobre a vida de suas filhas e esposas.

É importante perceber que a defesa do acesso a uma educação de qualidade pelas mulheres também estava relacionada à inserção das mesmas no mercado de trabalho, com o intuito de adquirir uma remuneração e conseguir independência financeira. Esse quesito era

elementar para a mulher emancipada, pois reduziria a submissão e ampliaria os horizontes ao inserir o sexo feminino no espaço público, até então, teoricamente restrito aos homens.

Ao ler os artigos publicados nos jornais de fins do século XIX, percebemos que era característico de grande parte das pessoas daquela época compreender a sociedade em dois planos separados, os quais tinham suas funções definidas de acordo com o sexo. O espaço público era entendido como o meio dominado pelo homem, no qual era discutida a política, a administração pública e as questões relevantes para a gestão da sociedade; em contrapartida, o âmbito privado era o lugar de gerenciamento da mulher, no qual ela devia cuidar da economia doméstica, da educação dos filhos e do bem-estar do marido.

Insatisfeitas com essa condição, algumas mulheres almejavam modificar a ordem social, como podemos ver nos escritos de Albertina Avelar, colaboradora do jornal *A Família*:

Dizem os inimigos da nossa emancipação que a mulher foi creada para a casa para o lar e que por essa razão devem viver nesse estreito circulo, longe da politica e alheia ao movimento do paiz.

Esse modo de pensar consideramos intolerável e só proprio de homens atrasados, que querem à todo [transe] apoucar a mulher e que a consideram como simples objeto do uso caseiro. Está claro que devemos libertarnos do jugo do homem. Não devemos enfraquecer na lucta, devemos acompanhar a civilisação no seu incessante progredir [...] (AVELAR, 1889: 2)

Para compreendermos a dinâmica entre os âmbitos público e privado foi essencial o contato com as ideias de Nancy Fraser. Por isso, apresentaremos algumas críticas que a autora lança aos trabalhos de Jürgen Habermas. De acordo com a autora, nas obras de Habermas, principalmente em *A Teoria da Ação Comunicativa*, estabelece-se uma diferenciação entre reprodução material e reprodução simbólica das sociedades. Nas palavras de Fraser:

Por um lado, afirma Habermas, as sociedades devem reproduzir-se materialmente; devem regular com êxito a troca metabólica dos grupos de indivíduos biológicos com o meio ambiente físico, não-humano, e com outros sistemas sociais. Por outro lado, as sociedades devem reproduzir-se simbolicamente; devem manter e transmitir a novos membros as normas e padrões linguisticamente elaborados de interpretação, que são constitutivos das identidades sociais. (FRASER, 1987: 39-40)

Segundo Fraser, o autor afirma que a reprodução material está relacionada com tudo o que ele denomina “trabalho social”, ou seja, atividades e práticas que fazem parte do âmbito do trabalho remunerado, numa sociedade capitalista. Em contrapartida, a reprodução simbólica está relacionada com a socialização, com a solidariedade dentro do grupo, com a transmissão de tradições e com práticas e atividades realizadas por mulheres no âmbito

doméstico, as quais são chamadas de “trabalho de criar filhos, feminino e não remunerado” (FRASER, 1987: 40).

Nancy Fraser critica a interpretação de Habermas, pois ela pode gerar um tipo de análise inadequada e ideológica. Fraser não admite que a prática de criar filhos faça parte da reprodução simbólica em oposição à reprodução material. Para a autora, a prática de criar filhos envolve tanto identidades sociais quanto sobrevivência, por isso, “criar filhos não é *per se* uma atividade de reprodução simbólica; é, igualmente e ao mesmo tempo, atividade de reprodução material. É o que poderíamos chamar de atividade de ‘aspecto duplo’ (FRASER, 1987: 41).

Nancy Fraser insiste em criticar essa distinção em “espécies naturais” que o estudo de Habermas permite interpretar, pois, para ela, esse tipo de análise é potencialmente ideológico, já que poderia ser utilizado para legitimar questões relacionadas com a sexualidade do indivíduo, como “o confinamento das mulheres numa ‘esfera separada’” (FRASER, 1987: 41-42).

Por esses motivos, Nancy Fraser acredita que os trabalhos de Habermas apresentam problemas empíricos e não conseguem centrar-se em alguns aspectos da dominação masculina nas sociedades modernas. Apesar de reconhecer que o modelo de Habermas é importante para algumas reflexões sobre a dinâmica intrafamiliar, Fraser acha problemático o autor restringir o uso do termo “poder” a contextos burocráticos. A autora sugere que Habermas deveria ter diferenciado o poder burocrático do poder patriarcal. Ainda assim, para Fraser, seria preciso elaborar outras separações, por considerar que o poder patriarcal doméstico é apenas um dos elementos que impõem a subordinação às mulheres.

Por fim, vale apresentar a crítica de Nancy Fraser a respeito do papel do cidadão, trabalhada por Habermas. De acordo com a autora, Habermas relaciona o cidadão ao debate político e à formação de opinião. Desta forma, “a cidadania, a seu ver, depende decisivamente das capacidades de consentir e falar, da capacidade de participar do diálogo em igualdade de condições com outros” (FRASER, 1987: 52). Assim, as mulheres estariam fora do papel de cidadãs, pois tais capacidades estão ligadas à masculinidade no capitalismo clássico.

Portanto, a concepção de cidadania desenvolvida por Habermas apresenta uma distância conceitual relevante entre ser mulher e ter capacidade de diálogo. Desta forma, Nancy Fraser conclui:

Há, portanto, lacunas de vulto no modelo de Habermas, sem as quais seria um modelo poderoso e refinado das relações entre as instituições públicas e privadas no capitalismo clássico. A omissão do gênero no modelo ofusca importantes aspectos dos dispositivos que ele pretende compreender. (FRASER, 1987: 53)

Através das reflexões de Nancy Fraser, podemos perceber que a separação das esferas presentes nos artigos dos jornais reflete um olhar ideológico sobre a organização do espaço social. No caso do Brasil, de fins do século XIX, reflete o olhar de sujeitos imbuídos dos ideais patriarcais que atribuíam às mulheres a função social da reprodução e sua esfera de ação limitada ao âmbito doméstico. Entretanto, tal divisão sexual só funcionava perfeitamente em teoria, pois percebemos que algumas mulheres utilizaram sua escrita para contestar tal situação, convocar mulheres à luta e tentar conscientizar a sociedade sobre a insustentabilidade de tal dinâmica. Portanto, tal como Fraser nos alerta, é fundamental percebermos as relações de poder presentes nas análises sobre as divisões dos espaços público e privado e não limitarmos o olhar às questões materiais e simbólicas. É fundamental analisarmos as questões de gênero presentes nessas fronteiras traçadas pela palavra impressa.

E por falar em ascensão na vida pública, Josephina de Azevedo dedicou inúmeros escritos em prol da inserção da mulher nas mais variadas profissões, na direção do País, nas Academias; ou seja, na esfera pública. Era justamente a noção de esfera separada, que a jornalista oitocentista Josephina almejava romper e, para isso, contou com o apoio da maioria de suas colaboradoras. Emiliana Moraes, por exemplo, criticava o fato de a mulher ter sido afastada dos negócios públicos, “obrigando a mulher a atrophiar seus nobres instinctos e quantas vezes tambem a capacidade e aptidão que possa desenvolver no desempenho de altos deveres sociaes”. Emiliana acreditava que as mulheres tinham grande carinho pela família, mas questionava se suas aspirações deviam se limitar àquele ambiente, tendo em vista que as mesmas tinham plena capacidade de ocupar os cargos que os homens ocupavam, como a direção dos Estados. Ela sustentou seu argumento se remetendo a países que eram governados por rainhas e eram bem administrados. Portanto, a colaboradora defendia que não era utopia a intervenção da mulher nos negócios públicos e tinha esperança que o futuro garantisse, ao seu sexo, esse direito (MORAES, 02/03/1889. p. 7).



Em sintonia com tais concepções, Francisca Diniz intitulou sua luta de “Racional Emancipação da Mulher”, na qual as mulheres deviam se engajar independentemente da posição que ocupavam na família.

A **emancipação da mulher** pelo estudo, é o facho luminoso que pôde dissipar-lhe as trevas pela verdade em que deve viver e que leval-a há ao templo augusto da sciencia, de bem viver na sociedade civilisadora [...]. Lembrem-se que a **mulher** deve subir á tribuna a advogar sua causa, isto é, a causa do direito, da justiça e da humanidade, lembrando-se que ella como **mai** representa a santidade do amor infinito;

Como **filha**, representa a ternura angélica; como **esposa**, representa fidelidade immortal, como **irmã** a dedicação e a amisade mais pura; portanto, as qualidades que foram distribuídas pelo Creador Supremo provam superioridade e não inferioridade e que a igualdade de acção deve ser posta em pratica pelos senhores que proclamam a igualdade [...]. (DINIZ, 06/12/1890:1-2)

Como podemos observar no trecho acima, Francisca Diniz levantou a bandeira da “Racional Emancipação da Mulher”, com o intuito de conquistar direitos através da educação. Para tal, ela construiu seus argumentos pautados em características que a sociedade atribuía às mulheres, como “santidade”, “ternura”, “fidelidade”, “amizade”. A nosso ver, esse tipo de construção textual funcionava como estratégia de convencimento, cuja meta era mostrar a todos que a igualdade era inerente aos seres humanos, além de se apropriar de outros discursos, neste caso o religioso, para sustentar suas concepções, que no trecho mostrado versa sobre a superioridade feminina.

Pensando na construção do discurso de resistência, construídos pelas redatoras, nos questionamos: Mas que “mulher” era essa sobre a qual as jornalistas tanto escreviam e almejavam representar? Eram as brasileiras letradas como elas? Eram apenas as jornalistas, colaboradoras e leitoras dos seus jornais? Eram somente as casadas e mães de família? Ou elas também lutavam pelas solteiras, negras, pobres e analfabetas?

Apesar dos jornais analisados esclarecerem que só aceitavam contribuições textuais de mulheres e que não seriam publicados textos que destoassem de seus programas, ainda assim, não podemos falar de uma uniformidade de pensamento. Corroboramos Rosi Braidotti, ao argumentar que é preciso se afastar da representação “de la *mujer*” e não deve-se perder de vista que, apesar das situações e experiências semelhantes, não é desejável omitir o fato de que “no son, de ningún modo, *todas iguales*” (BRAIDOTTI, 2000:192). Também concordamos com a autora quando a mesma recorre à *política da localização*, elaborada por Adrienne Rich, para reconhecer as múltiplas diferenças entre as mulheres, ou seja, romper

com as concepções globais e, ao invés disso, localizar o lugar de onde fala cada uma e levar em consideração o enfoque do tempo e da história (BRAIDOTTI, 2000:193).

À luz desse horizonte, pudemos analisar os textos oitocentistas e perceber que, apesar da utilização constante do termo “mulher” pelas jornalistas e colaboradoras, a pluralidade da categoria estava presente em suas publicações. Percebemos variações de acordo com a autoria dos artigos, mas o mais importante, a nosso ver, é que através da palavra escrita aquelas mulheres propuseram e discutiram projetos de emancipação que se preocuparam com as letradas, com as analfabetas, com as operárias, com as casadas, com as solteiras, com as viúvas, com as ex-escravas e com as crianças.

Anália Franco, professora e colaboradora de ambos os periódicos, se preocupou com a educação de todas as mulheres, fosse ela mãe, filha, esposa, rica ou pobre. Mas enfatizou que as filhas do proletariado não podiam, de forma alguma, ficar sem instrução, pois, mais do que as outras, elas precisavam garantir seu sustento. Por isso, criticou os pais que tiravam as filhas da escola, logo que elas aprendiam a ler. Franco defendia a criação de escolas profissionais para as mulheres, pois, dessa maneira, elas teriam acesso mais facilitado ao mercado de trabalho (FRANCO, 13/04/1889:2-3).

As redatoras dos jornais *O Sexo Feminino* e *A Família* demonstraram atenção ao analfabetismo no Brasil, especialmente, às mulheres analfabetas (SEM AUTOR, 18/04/1874: 2-3). Afinal, saber ler e escrever era elemento fundamental para a emancipação feminina, por isso, nas páginas dos jornais havia muito incentivo à leitura e aos estudos, de forma geral (AZEVEDO, 02/03/1889:1). As redatoras e colaboradoras não foram negligentes também para com as mulheres casadas (SEM AUTOR, 29/07/1875: 3), viúvas, solteiras (DINIZ, 25/10/1873:1), filhas (DINIZ, 07/09/1873: 1) e meninas de “côr” (DINIZ, 15/12/1889: 2-3).

Inspirada ainda na “política de localização”, de Rich, que lança críticas aos modelos dominantes de hegemonia, Braidotti defende que toda relação social é veiculada pela linguagem e que, por isso, se aproxima de construções imaginárias. Assim, uma prática feminista radical exige que voltemos os olhos para a identidade – compreendida como um conjunto de identificações – e também para a subjetividade política, como uma forma de buscar lugares de resistência (BRAIDOTTI, 2000: 57).

E nossas mulheres do século XIX também criticaram as visões hegemônicas? Como elas construíram seus lugares de resistência? Não é preciso ler tantos números dos periódicos

de Josephina Azevedo e Francisca Diniz para perceber que ambas convidavam suas leitoras a resistir às imposições da época e a construir uma nova concepção de sociedade, na qual as mulheres seriam cidadãs mais participativas da vida social e política e gozariam de direitos iguais aos dos homens. Josephina Azevedo escreveu:

As reformas as mais necessarias, as mais urgentes, as mais activamente sollicitadas por nós – ficam sem solução – o silencio, um silencio de morte se faz em torno dellas.

De quem é a responsabilidade?

Principalmente dos membros do parlamento, dos deputados, dos senadores que deixam dormir, em suas pastas as propostas de leis das quaes estão encarregados [...].

Avante, mulheres de todos os paizes empregai um pouco de energia – apparecei, falai, escrevei, requirei, agitai-vos enfim [...].

Pois bem senhoras, uni-vos, agrupai-vos, e manifestai que é grande o vosso número [...] (AZEVEDO, 1890:1-2)

Foi através da escrita que as jornalistas construíram suas resistências, propuseram suas reformas e conseguiram adeptos para seus projetos de emancipação. Então, será que a linguagem foi elemento fundamental em seus projetos? Será que elas usaram-na estrategicamente com o intuito de potencializar suas propostas?

Para pensar sobre essas questões, vale refletir sobre o ponto de vista de Braidotti em relação à linguagem. A autora defende que a linguagem é o lugar da construção do sujeito, além de ser o capital simbólico de nossa cultura. Nas palavras de Braidotti:

[...] la constitución del sujeto no es una cuestión de ‘internalización’ de códigos dados, sino más bien un processo de negociación entre estratos, sedimentaciones, registros del habla estructuras de enunciación. El deseo es productivo porque continúa fluyendo, se mantiene en movimiento, pero su productividad también implica relaciones de poder, transiciones entre registros contradictorios, desplazamientos del énfasis. (BRAIDOTTI, 2000:45-46)

A autora acredita que não há simetria entre os sexos, por isso a mulher deve falar, pensar, escrever e representar o feminino em seus próprios termos. Para Braidotti, o que define o processo de tornar-se sujeito é o desejo de dizer e falar, a vontade de saber, de pensar e de se representar (BRAIDOTTI, 2000:141-143). Rosi Braidotti defende que o sujeito do discurso é sempre sexuado, ou melhor, não há discurso puro, universal ou sem sexo. Por esses motivos, a autora ressalta a importância da “política de localización” e da diferença sexual:

pues señala posiciones asimétricas entre los sexos. El posicionamento que procede de nuestras subjetividades corporizadas e **históricamente localizadas** también determina el tipo de mapas políticos y diagramas conceptuales que tenemos más probabilidad de trazar. En suma, al hacer filosofía llega inevitablemente el momento

de seleccionar y fijar prioridades, y en ese momento particular la diferencia sexual desempeña un papel principal (BRAIDOTTI, 2000:147).

A ideia expressa pela “política da localização” é essencial para pensarmos os discursos das redatoras e colaboradoras dos jornais que pesquisamos, já que a proposta dos periódicos era manter meios de comunicação escritos exclusivamente por mulheres, com o objetivo de divulgar e conquistar seus direitos. Além disso, as jornalistas percebiam que era fundamental estimular as mulheres a pensarem e escreverem sobre a condição feminina, para que elas aprimorassem o intelecto e instigassem a vontade de sair da condição de submissão que a sociedade lhes impunha. Vale ler um trecho escrito por Francisca Diniz:

Um appello dirigimos ao nosso sexo, para que abandonem o indifferentismo que tem sido o maior perseguidor de todas as idéas novas [...]  
Relativamente *às mulheres*, outro tanto não póde-se-lhes dizer; ellas teem indeclinável necessidade de *ler e escrever muito*, esquecendo-se por algum tempo da toilette já assás *lida*, perfeitamente *entendida e completamente* executada [...]  
É preciso que conheça seus direitos e seus deveres para melhor saber a nobre missão que tem a desempenhar no seio da família e da sociedade [...] (DINIZ, 1874:1-3)

A partir desse trecho, podemos observar que as críticas de Francisca Diniz também eram lançadas às mulheres. Elas deviam se conscientizar e priorizar o que fosse mais importante para sua emancipação: o conhecimento. Apenas com estudos sólidos a mulher seria capaz de conquistar direitos políticos, independência financeira e respeito intelectual, ou seja, romper as fronteiras entre os âmbitos público e privado, podendo transitar seguramente nos espaços que almejassem.

Para Josephina de Azevedo, o exercício do voto era a maior “afirmação da supremacia do indivíduo”. Por isso, criticava a legislação que mantinha a mulher longe das urnas. A jornalista se mostrava indignada com o fato da mulher ter restrições no exercício das funções no espaço público e ainda ser considerada, por muitos, como indivíduo inferior. Para Josephina, a mulher era igual ao homem; ela era capaz de exercer tudo o que o sexo masculino exercia. Portanto, o sexo feminino não podia ser incompatível com as manifestações da vida social. Para ela, as mulheres que estavam no mercado de trabalho eram prova da capacidade feminina, pois os resultados eram sempre positivos. Inclusive, argumentou que, nas monarquias, os Estados regidos por rainhas estavam guiando melhor o seu povo. Josephina afirmou que os homens não queriam as mulheres envolvidas na administração do Estado, em contrapartida, elas não tinham escolha; precisavam confiar em

governos dirigidos por homens, mesmo que eles não merecessem. Portanto, era o momento de mudar tal situação, concedendo à mulher o direito ao voto (AZEVEDO, 07/12/1889: 1).

Para a jornalista, a emancipação da mulher só se concretizaria no dia em que todas as senhoras repudiassem a condição como eram tratadas por seus opressores. Josephina estava agoniada com a falta de liberdade e independência de seu sexo. Ela dizia que a mulher, tal como o homem, tinha responsabilidades legais e morais. Assim, se os homens fizessem boa ou má política, a mulher seria afetada; por que, então, ela seria privada de interferir na política? A negação do voto feminino por 2/3 dos representantes levou Josephina a concluir que o Congresso teria desprezo por qualquer coisa que dissesse respeito aos direitos civis femininos. A redatora ficou em dúvida se os congressistas estavam acompanhando os avanços da emancipação feminina na Europa e Estados Unidos, mas ela tinha certeza de que os brasileiros estavam atrasados nessas questões e, por isso, seria difícil vencer seus preconceitos, que insistiam em considerar a mulher um ser inferior e incompatível com os direitos civis (AZEVEDO, 07/12/1889:1).

### **Considerações finais**

Fechamos esse texto ressaltando que a luta por meio da palavra foi uma estratégia utilizada por mulheres letradas, na segunda metade do século XIX, no Brasil. Neste contexto, a imprensa foi palco elementar nos embates de ideias. Sabemos do alto índice de analfabetismo existente na época, principalmente, entre o sexo feminino. Entretanto, acreditamos que tal fato não impediu que tais ideias se propagassem, gerassem discussão e incomodassem os diversos grupos sociais. A própria imprensa da época nos indica tal panorama ao debater abertamente com essas mulheres, alguns jornalistas apoiando e outros criticando os ousados projetos de emancipação feminina. Através das próprias páginas dos jornais, pudemos perceber que alguns homens apoiaram a iniciativa dessas mulheres, mas não tivemos contato diretos com suas defesas, pelo fato dos jornais não aceitarem textos escritos pelo sexo masculino. Com o intuito de divulgar ainda mais a discussão, Josephina de Azevedo levou tais ideias para o teatro, colocando personagens para debater sobre o sufrágio feminino.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Para aprofundar na questão ver: (SOUTO-MAIOR, 2001).

Tentamos mostrar nesse texto que, apesar da colaboração escrita ter se limitado às seletas mulheres que tinham habilidade de escrita, elas se mostraram preocupadas em traçar projetos abrangentes, que integrassem os diversos grupos femininos na conquista do espaço público. Naquela segunda metade de século, as mulheres conseguiram algumas vitórias, como a inserção das mulheres no ensino superior, no ano de 1879, mas outras reivindicações só foram atendidas anos mais tarde. Enfim, concluímos que o uso da escrita por parte das mulheres foi fundamental para a reflexão, para a troca de ideias, para agregar mais pessoas em torno da causa feminina e para a construção de ideias feministas, que foram se propagando e se fortalecendo em território brasileiro, o que certamente colaborou para a consolidação dos movimentos feministas organizados, na primeira metade do século XX.

### Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Josephina Alvares. A's mulheres. *A Família*, Rio de Janeiro, 1890. p.1-2.
- AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 07/12/1889. Seção *A Família*. p. 1.
- AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 02 de março de 1889. *A Família*, São Paulo, 02/03/1889. Seção *A Família*. p. 1.
- AVELAR, Albertina. Emancipação da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro. p. 2.
- BRAIDOTTI, Rosi. *Sujeitos nômades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Trad. de Alcira Bixio. Buenos Aires: Editorial Paidós SAICF, 2000.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas: UNICAMP, nº 4, 1995, p.37-47.
- DILLON, Izabel. Circular. *A Família*, Rio de Janeiro, 28/08/1890. p. 2.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A educação da mulher. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/09/1873. Seção *O Sexo Feminino*. p.1. [grifos no original]
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 1874. Seção *O Sexo Feminino*. p.1-3.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A racional emancipação da mulher – igualdade de direitos. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 06/04/1890. Seção *O Quinze de Novembro*. p.1-2. [grifos nossos]
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Cidade da Bagagem: suicídio de uma moça. *O Sexo Feminino*, Campanha (MG), 07/03/1874. Seção *O Sexo Feminino*. p.1-3.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Escola Domestica. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 15/12/1889. p. 2-3.
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O que queremos?. *O Sexo Feminino*, Campanha, 25/10/1873. Seção *O Sexo Feminino*. p. 1.
- FRANCO, Analia. O ensino complementar e proffisional da mulher. *A Família*, São Paulo, 13/04/1889. p. 2-3.

- FRASER, Nancy. Que é Crítico na Teoria Crítica? O Argumento de Habermas e Gênero. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilha (Coord.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Trad. de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos Ltda, 1987. p. 39-40.
- MORAES, Emiliana. A emancipação da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/03/1889. p. 7.
- SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. de Élvio Antônio Funk. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- SEM AUTOR. O Brasil deve envergonhar-se. *O Sexo Feminino*, Campanha, 18/04/1874. Seção Noticiário. p. 2-3.
- SEM AUTOR. O casamento. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 29/07/1875. Seção Litteratura. p. 3.
- SEM AUTOR. Suicídio de uma moça. *O Santo Officio: periodico devotado*, Belém (PA), 01/06/1874, Seção Gazetilha, p.3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704458&pagfis=324&pesq=Anna+Petronilha+do+Esp%C3%ADrito+Santo>. Acessado em 16 de junho de 2012.
- SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras do seu destino*”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894). Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17122013-125852/en.php>. Acessado em 27 de março de 2015.
- SOUTO-MAIOR, Valéria. *O Florete e a Máscara*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442.